

## **A IMPORTÂNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS DURANTE A CRISE DA COVID-19**

Lais Ribeiro Valadao<sup>1</sup>, Ana Carolina Vilanova Bezerra<sup>2</sup>, Brunno Correa Bastos<sup>3</sup>, Flávio Vinicius Silva Ferreira de Souza<sup>4</sup>, Vanuza da Silva Pereira Ney<sup>5</sup>

Diferentemente das instabilidades financeiras que promoveram perturbações nas economias mundiais em períodos anteriores, a atual crise econômica foi agravada pela pandemia do COVID-19, tendo seu controle dependente do distanciamento social e de políticas de vacinação em massa. Por conta disso, a atuação governamental frente a contenção dos diversos efeitos adversos da crise econômica e sanitária, se faz essencial, de forma que políticas de estímulo fiscal possuem papel altamente decisivo na manutenção da atividade econômica e na contenção da queda do emprego, do consumo e da renda. Ao considerar esse cenário, o trabalho em questão tem como objetivo discutir a relevância dos gastos públicos na elaboração de programas de proteção social como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e o Programa de Auxílio Emergencial, visando garantir o bem-estar da população e a redução de desigualdades sociais. Além disso, será analisado como estas políticas supracitadas foram atingidas pela PEC 55, que estabelece um teto limite para a emissão de novos gastos, denotando um obstáculo ao investimento público. A metodologia do trabalho será composta por uma revisão bibliográfica dos principais estudos e pesquisas desenvolvidas acerca das temáticas abordadas, assim como análise de dados extraídos dos sites do IPEA, do IBGE, da FGV e entre outros.

Diferentemente das instabilidades financeiras que promoveram perturbações nas economias mundiais em períodos anteriores, a atual crise econômica foi agravada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), tendo seu controle dependente de políticas de vacinação em massa e outras medidas paliativas, tais como o distanciamento social, o uso de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: lais-valadao@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: ana.vbc@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: brunnobastos@outlook.com

<sup>4</sup> Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: fvncsferreira@gmail.com

<sup>5</sup> Profa. orientadora. Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

álcool em gel e máscaras. Por conta disso, a atuação governamental em meio a contenção dos diversos efeitos adversos da crise econômica e sanitária, se faz essencial, de forma que políticas de estímulo fiscal, em especial políticas emergenciais de transferência de renda, possuem papel altamente decisivo na manutenção da atividade econômica e na contenção da queda do emprego, do consumo e da renda.

Nesse contexto específico, o presente estudo analisa e toma como referência, dois programas de proteção social que atuam nesse sentido: o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e o Programa de Auxílio Emergencial. Desse modo, acredita-se que tais programas elencam eficientes respostas à manutenção do bem-estar da população, à redução das desigualdades sociais evidenciadas pela pandemia e também demonstram a recuperação dos resultados econômicos do País. Destacando, portanto, a importância de uma política fiscal eficiente e maior rigor no processo de elaboração de medidas para atenuação da crise sanitária.

Além disso, o trabalho também objetiva compreender como estas políticas supracitadas foram atingidas pela Proposta de Emenda Constitucional nº55 (PEC 55) de 2016, popularmente chamada de "PEC do teto de gastos", que estabelece um teto limite para a emissão de novos gastos, por pelo menos, até 2036, denotando um evidente obstáculo ao investimento público e, conseqüentemente, ao combate da pandemia. O papel do estado se mostra, então, extremamente importante uma vez que os seus investimentos estratégicos deverão servir ao combate à pandemia e a construção de alternativas válidas para os novos desafios que virão após a superação da crise sanitária, por intermédio de novas alternativas fiscais e novos critérios tributários.

Por mais, é importante levantar que faz-se uso dos postulados do pensamento econômico heterodoxo, com ênfase na teoria pós-keynesiana, a qual traça as bases iniciais para um Estado de bem-estar social. Uma vez que investimentos tecnicamente sociais, oriundos da arrecadação, possibilitam além de uma transferência de renda, mesmo que não seja a solução para estabilidade da política fiscal, a base dos investimentos privados, os quais possibilitarão por intermédio do alcance do pleno emprego, a reconstrução do país e a valorização da renda, logo, verifica-se uma alternativa promissora a qual o pensamento heterodoxo se debruça. Dessa forma, a teoria é utilizada tanto para a orientação da pesquisa quanto para a interpretação dos resultados.

Destaca-se também que o trabalho é resultado do Grupo de Estudos com o tema "Pandemia, Desigualdades e Proteção Social", e vem sendo realizado como atividade do PET

Institucional de Economia da UFF Campos. O grupo é aberto e conta com a participação de alunos do curso de Economia e outros(as) interessados(as).

A metodologia do trabalho é composta por uma revisão bibliográfica dos principais estudos e pesquisas desenvolvidas acerca das temáticas abordadas, bem como análise de dados extraídos dos sites do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e entre outros.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados esperados são ainda incipientes, tendo apontado preliminarmente para a hipótese de que os estímulos fiscais surgem como fatores primordiais na contenção do agravamento da crise econômica.

Os estudos sobre os resultados preliminares demonstraram que o investimento em programas de proteção social podem ser significativamente positivos, revelando grande importância para o enfrentamento da desigualdade social estrutural, principalmente em período onde seus efeitos são agravados como a crise pandêmica da COVID-19.

Além disso, evidencia-se que políticas pautadas pela austeridade fiscal, especialmente a PEC 55/2016 acabam por acarretar um efeito devastador nos gastos públicos, tendendo, em grande parte, a reforçar as discrepantes desigualdades de renda do país, além de evidenciar um perigoso obstáculo à superação dos efeitos de calamidade pública gerados pela pandemia.

Nesse sentido, programas de transferência de renda como o Auxílio Emergencial e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, se fazem essenciais, de modo que atuam na manutenção dos gastos das famílias, permitindo a constância de seu consumo, e atuando diretamente na estabilidade da atividade econômica.

## Referências

CARDOMINGO, M.; CARVALHO, L.; TONETO, R. Salvando vidas e a economia: a importância dos gastos públicos na crise causada pela Covid-19. **Made Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades FEA/USP: Nota de Política Econômica**, n. 9, São Paulo, 2021, p. 1-9.

OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U. Revisitando o Pensamento de Gunnar Myrdal e Amartya Sen sobre o Estado de Bem-estar Social. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 15, n. 29, p. 153-169; jul./dez. 2016.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul-dez. 2020.

TROVÃO, C. J. B. M. A Pandemia da COVID-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. **UFRN: DEPEC**, n.

